

TEORIA ECONÔMICA E REFORMA CURRICULAR (*)

IDALETO MALVEZZI AUED (**)

Falar sobre Teoria Econômica no Brasil é uma tarefa difícil, embora já tenha sido muito mais. Hoje dispomos do livro "A Economia Política Brasileira", do Professor Guido Mantega, que mapeia algumas correntes do pensamento econômico nacional, facilitando o estudo delas.

Pretendo abordar a política econômica recentemente adotada pelo governo brasileiro à luz do pensamento econômico, como, também, o surgimento e fortalecimento de determinadas tendências da teoria econômica na atualidade e a inserção delas no Curso de Graduação em Economia.¹

Aqueles que acompanham o desenvolvimento da Teoria Econômica sabem que as décadas de 50 e 60 do presente século foram significativas para as teorias da crise no capitalismo. Neste período o capitalismo assistiu a um momento de "grande prosperidade", desenvolvimento não imaginado anteriormente, face às políticas de re

(*) Palestra proferida na VII Semana de Economia, 3/setembro/86.

(**) Professor do Departamento de Economia da UFSC.

(1) É preciso ter presente que o Curso de Economia, na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, passa por uma reformulação curricular que não é uma simples ordenação de matérias e disciplinas, mas sim uma nova postura intelectual perante a formação profissional dos alunos. Além, do que, também se constitui numa multiplicidade de teorias econômicas. Não é demais lembrar que os fatos econômico dos anos 50 e 60 permitiram que os cursos de economia fossem reestruturados tendo por base a teoria econômico Keynesiana, a qual se convencionou chamar de macroeconomia.

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg. 13 -25	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	------------	-------	------

construção da Europa e do Japão, pós-segunda grande guerra mundial. A reconstrução do que tinha sido destruído pela guerra constituiu-se num campo fértil para que a teoria de Keynes, grande pensador burguês, germinasse esplendorosamente.

O capitalismo, neste período, passou por uma fase de "desenvolvimento" acentuado permitindo que houvesse a formulação teórica do controle do capitalismo. Para que haja controle do capitalismo é preciso que exista pessoas com determinado nível de conhecimento sobre o funcionamento da economia, isto é, 'experts' no trato e manejo das variáveis dos modelos sistematizados, os economistas "competentes"; instrumentos adequados à implementação de políticas econômicas; um poder político suficientemente forte que imponhá compulsoriamente suas diretrizes, num mundo de múltiplos interesses sociais envolvidos em dada conjuntura.

A Teoria Keynesiana traz em seu bojo a concepção de um Estado forte, de guerra, que gera e direciona a economia de acordo com as combinações das variáveis do modelo econômico concebido. Este modelo se transforma num instrumento necessário à regulamentação da economia, subjugando, assim, as leis normais do mercado (oferta e demanda) às diretrizes traçadas por prognósticos macroeconômicos. Estes prognósticos emergem da combinação das variáveis de uma matriz que interrelaciona ramos, setores, indústrias e firmas. Esta matriz é conhecida como a matriz de insumo/produto ou matriz de Leontief. As contas nacionais brasileiras, por exemplo, são estruturadas a partir deste modelo matricial, tendo como base a teoria econômica Keynesiana.

Esta teoria econômica capitalista concebe a possibilidade de controlar e regular a economia, contrapondo-se àquelas teorias que fundamentam seus postulados no livre jogo do mercado como regulador automático da economia.

O pai da economia política, Adam Smith, afirmou ser uma "mão invisível" a reguladora dos múltiplos interesses individuais na busca de suas satisfações. Este paradigma norteou a formulação teórica de todos os estudiosos da economia capitalista até a crise de 1929/33, período que evidenciou a não veracidade deste paradigma. Nas décadas de 50 e 60 do presente século a burguesia negou, não só na teoria, mas também na prática, que o livre jogo do mercado regulava automaticamente a economia.

Assim ficava evidente que a classe dominante dispunha então de: a) um instrumento teórico que combinava as variáveis macroeconômicas, as quais aparentemente refletiam a realidade do mundo capitalista - a teoria econômica Keynesiana; b) uma instituição politicamente forte para implementar, acima dos "interesses individuais", as políticas econômicas de ajustamento das variáveis macroeconômicas, e c) um momento histórico em que o capitalismo se constituía num campo fértil e propício para se comprovar empiricamente os pressupostos teóricos do Keynesianismo.

Diante deste quadro tínhamos as seguintes implicações: o desenvolvimento histórico do capitalismo era uma questão de bem gerir a economia podendo-se assim "conduzir" a sociedade capitalista para o chamado "Estado do Bem Estar Social". Em outras palavras, o governo conseguiria direcionar e estruturar a economia cujo fim último era o benefício da população como um todo.

Face a esta aparente possibilidade muitos economistas "marxistas", nessa época, passaram também a crer ser possível controlar a tendência natural do capitalismo, contrariando a formulação de Marx que dizia ser a crise inerente, própria ao mundo capitalista de produção, isto é, o desenvolvimento do capitalismo traz em si a crise independentemente da vontade dos homens, de suas políticas e estratégias econômicas. Esta foi a tese que se pensou estar superada. A lei natural do capitalismo poderia ser subjugada às vontades dos homens.

No entanto, já no início da década de 70 do século XX, o capitalismo começou a dar mostras de que o período de prosperidade de também estava chegando ao fim, pois uma nova crise se manifestava. E esta crise geral que se iniciou nesta época e que até hoje ainda não foi superada, demonstrou que a formulação de Marx sobre a crise ainda é válida.

Falando sobre a existência desta crise, a professora Maria da Conceição Tavares, em palestra recentemente ministrada na PUC/SP, expressou o pensamento de que o capitalismo atualmente está sofrendo um grande tremor, um abalo sísmico, com a possível desestruturação do sistema financeiro internacional. Assim, as crises recentes no Brasil, México e Argentina são reflexos da crise, a nível mundial, do capitalismo e estão vinculadas às crises do sistema financeiro internacional. Esta crise indica a inconstância

da teoria econômica que norteia as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI); no que concerne à regulação das economias dos países membros, quando estes passam por crises periódicas. Este órgão internacional baseia suas diretrizes numa política de redução de demanda e de salários, a fim de diminuir o volume de transações econômicas em busca do ajustamento entre a oferta e a demanda. Tal política traz em seu bojo uma concepção teórica recessiva.

Ainda para se ter noção da real dimensão da atual crise mundial, lembro que o ex-ministro do planejamento, Antônio Delfim Neto, propôs a alguns deputados federais que encaminhassem leis que estatizassem os bancos brasileiros, porque a crise deveria provocar uma bancarrota no sistema bancário nacional. Portanto, muitas das críticas que foram feitas ao ex-ministro não foram produto somente dos agrupamentos de esquerda, democratas e comunistas, mas também de banqueiros que não percebiam a crise em que estavam embutidos, isto é, na crise do sistema financeiro internacional.

Tal qual nas décadas de 50 e 60, a teoria econômica, face às novas características da economia, passa por um processo de readaptação e reajustamento conceitual, compatível com a necessidade de se direcionar a economia pós-crise. Os críticos das políticas recessivas se destacam nos noticiários nacionais. Suas teorias norteiam as formações acadêmicas nos cursos de graduação e pós-graduação indicando possíveis caminhos a serem percorridos para o Brasil sair da crise em que vive. Muitos destes pensadores apresentaram posições teóricas dentro do movimento intelectual que culminou na constituição da Economia Política Brasileira. Uns se formaram e contribuíram para formulação do pensamento Cepalino, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando H. Cardoso, Antônio B. de Castro e Carlos Lessa. Outros, já numa fase posterior, embora também formados nessa escola, contribuíram para suprá-la, como é o caso do grupo que se organizou na Universidade de Campinas (UNICAMP), entre os quais destacamos Luciano Coutinho, João Manoel C. de Mello e Luiz G. de Mello Belluzzo. Há aqueles que se forjaram independente, porém nem por isso desvinculados das tendências anteriores, como José Serra, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Teothônio dos Santos e Rui Mauro Marini. Assim emergiu um movimento intelectual próprio no Brasil e na América Latina que

combatiam sistematicamente a política recessiva do FMI. Esses pensadores, de uma forma ou de outra, cristalizavam o desejo das tendências de oposição política ao regime que se implantou em 1964, no Brasil, indentificando-se com os movimentos populares, principalmente dos trabalhadores, na luta pela liberdade democrática contra a ditadura militar. É neste contexto que se identificavam com as tendências de oposição na busca de um Brasil novo e diferente.

Com o advento da "Nova República" grande parte destes pensadores galgaram aos órgãos governamentais, com possibilidade de porem em prática os princípios teóricos que defendiam. Tinham, enfim, a possibilidade histórica de "direcionar" a economia nacional de acordo com políticas desenvolvimentistas, em oposição à recessiva do FMI.

Assim, se antes tinha-se no setor de planejamento e economia profissionais de formação teórica vinculados às premissas ditadas pelo FMI, agora o governo federal é integrado por intelectuais cuja teoria se "identifica" com o clamor popular por uma sociedade nova, onde a participação no usufruto da riqueza nacional seja menos concentracionista. Fortaleceu-se a premissa de que, ao se fazer parte do governo da "Nova República", pode-se direcionar e reorganizar a economia através de políticas nacionais em "benefício" de populares, isto é, com tendências sociais. Daí emergiu a pergunta: o re-direcionamento da sociedade capitalista para beneficiar a população em geral é possível?

É preciso ter em mente que a estrutura econômica mundial do capitalismo, com suas próprias leis, é muito mais organizadora da economia nacional do que políticas bem intencionadas de grupos intelectuais ou políticos ocupantes de órgãos de planejamento governamentais.

A "Nova República" trouxe a esperança de mudança, obteve o apoio popular. Os "Fiscais do Sarney" foram à luta atendendo ao clamor de reivindicações nacionais. Fortaleceu-se a crença de que se pode reorganizar a economia no sentido de beneficiar a população em geral.

Fazendo um paralelo com o que ocorreu nas concepções teóricas entre as décadas de 50 e 60 do presente século, verificamos um movimento similar no Brasil de agora: estão se implementando po

líticas econômicas que têm por pressuposto a possibilidade de controle da economia por um governo forte. Assim como a década de 70 engendrou os fatos que desnudaram esta concepção, pode-se inferir que as novas políticas serão, também, negadas por uma crise econômica mais contundente que a atual.

A questão é que estas concepções simbolizam a consciência do movimento por uma nova ordem social. Daí a necessidade de se travar a luta para desvendar a falácia de tais concepções, no que toca à possibilidade de construção de uma sociedade que tenha como princípio a distribuição equitativa de sua riqueza.

As políticas econômicas que hoje norteiam as ações aparentemente justas para os movimentos populares estão embasadas numa simbiose das teorias econômicas Keynesiana, Kaleckiana e "Marxista". O berço desta epopéia, isto é, onde se conjuga em uma unidade teorias díspares, é a chamada "Escola de Campinas", que vem tentando compatibilizar esses paradigmas teóricos nas políticas de "Nova República".

Tendo presente a complexidade da teoria econômica exposta é que temos elementos para compreender, atualmente, o Curso de Graduação em Economia da UFSC. A reorganização deste curso, como já o dissemos, reflete esta complexidade. O novo currículo foi recentemente estruturado tendo por base a "Escola de Campinas", e é por esta razão que astrês vertentes do pensamento econômico mencionadas estão contempladas. Estas teorias são sustentáculos das políticas econômicas da "Nova República", com o fim de direcionar a economia para o Estado do Bem-Estar Social.

O que gostaria de apontar é que determinada teoria - a teoria marxista - está sendo apropriada inadequadamente, e por isso, sendo mutilada. Está sendo reduzida a um instrumento teórico de análise da realidade capitalista, servindo portanto, como base para se elaborar políticas de "correção" do capitalismo, para torná-lo mais "justo".

Não poderia deixar de mencionar que nos períodos de crise do capitalismo e classe dominante tem encontrado fórmulas de confundir os trabalhadores, principalmente no que concerne às suas reivindicações imediatas, de tal ordem que ela atende, aparentemente, às reivindicações dos trabalhadores, sem

no entanto colocar em risco o modo capitalista de produção. O Plano de Estabilização Econômica da "Nova República", ou como é popularmente chamado, o Plano Cruzado, é a materialização mais contundente deste princípio norteador de conduta da classe dominante.

Os teóricos que o formularam consideraram que a economia estava "desajustada" em função da inflação elevada e da especulação financeira. Dito de outra forma, a economia estava desregrada e se manifestava nas oscilações bruscas e constantes dos preços das mercadorias. A partir desta constatação, a terapia passava necessariamente pelo controle dos preços, o que conduziria ao controle da economia através da circulação das mercadorias.

Note-se que a Teoria Econômica aí formulada é a expressão mais sofisticada da classe dominante - pressupõe-se que a produção pode ser regulada pelo mercado. Agora já dispomos de elementos para indicar que as concepções críticas, outrora formuladas e que eram tidas como cristalizações das reivindicações dos movimentos populares, são "subsumidas" pelos pressupostos das teorias da classe dominante.

Se num primeiro momento o Plano Cruzado, aparentemente, deu certo, nem por isso ele conseguiu conduzir a economia para o Estado do Bem Estar Social. No máximo ele conseguirá acabar com a ilusão de ser um instrumento regulador e condutor da economia do Bem Estar Social. A cada dia que passa mais se evidencia a necessidade do Estado intervir na produção. O próprio "confisco" de boi é indicador de que a concepção de se regular a economia pelo mercado está falida.

Quando o Plano Cruzado atacou a circulação das mercadorias, via controle de preço final, a população foi chamada a mobilizar-se para vigiar os comerciantes tidos como "responsáveis" pelos aumentos dos preços. Mas quando a questão da propriedade é posta em questão, seja da terra, através da Reforma Agrária ou do boi, não importa qual seja o objeto a ser desapropriado, os "Fiscais do Sarney" apanham da polícia, como foi o caso dos sem-terras no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, fazenda Anonei. A população não pode ser chamada, ser requisitada, como força política para fortalecer o Governo na busca do Estado do Bem Estar Social.

O que isto demonstra? Demonstra que a realidade está

indicando que a concepção teórica de controlar a economia pela circulação é uma utopia. Daí nossa afirmativa de que é a produção, e não o mercado, que regula a economia. Se não se produzirem mercados, não haverá distribuição, não se matará a fome da população. O empresário e candidato ao Governo de São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes, percebendo tal pressuposto teórico e contestando a economia brasileira, que adentrava desmesuradamente na especulação financeira sem uma adequada correspondência com a produção, disse certa vez que os brasileiros, em pouco tempo, se alimentarão de sanduíches de ORTN (Operações Reajustáveis do Tesouro Nacional), pois com o passar do tempo a riqueza nacional parecia ser constituída delas.

Bem, e onde está a apropriação inadequada da teoria marxista? Como sabemos, marxismo é sinônimo de não-capitalismo, é a afirmação do socialismo. E a busca empreendida pelos marxistas é a construção da sociedade socialista, visto que o capitalismo já não mais resolve os problemas da humanidade. Ora, se isto é o paradigma fundamental desta concepção teórica, apropriá-la para gerenciar o capitalismo é uma utopia e uma distorção da mesma. É no mínimo um procedimento reacionário, pois ao invés de educar o operariado na busca da construção da sociedade socialista, mostra-lhe o caminho reformista de ser possível obter o Estado do Bem Estar Social dentro do capitalismo. Neste sentido transformar o marxismo em concepção de análise do capitalismo, a fim de administrá-lo, é uma força política das mais eficientes para o desmantelamento dos movimentos operários, utilizada pela classe dominante. É preciso esclarecer que quando falo em movimento operário estou aqui tratando do movimento da única classe que tem interesse histórico em construir uma nova sociedade, independentemente dela ter ou não consciência disso; por conseguinte, burguês nenhum tem interesse numa nova sociedade, e tampouco pelo marxismo, como teoria revolucionária.

É desta forma que a classe dominante, ao se apropriar dessa teoria, estirpando-lhe o conteúdo revolucionário, isto é, o de ser o guia político do proletariado, consegue absorver em seu seio um conjunto de intelectuais que até bem pouco tempo lhe era oponente, além de absorver, também, uma fração representativa do movimento operário. Desta forma a apropriação da teoria marxista pela classe dominante tem um conteúdo político cujo fim é o en

fraquecimento do movimento proletário na busca da negação histórica do capitalismo.

Na complexidade da luta política é que o Curso de Economia vem se constituindo num reflexo vivo e dinâmico da realidade social. A teoria econômica, principalmente a marxista, materializa este momento do movimento entre capital e trabalho. Assim, encontramos, neste curso, professores que ministram, consciente e inconscientemente, a teoria marxista como instrumento analítico do capitalismo, a fim de detectar contradições e amenizá-las e professores que a ministram com o objetivo de evidenciar seu caráter mais particular e fecundo, isto é, seu aspecto revolucionário, no sentido de negação do capitalismo e afirmação do socialismo.

É interessante notar que enquanto teoria, a negação da propriedade privada foi formulada cientificamente no meio do século XIX, mas como fenômeno empiricamente evidente sua negação se manifesta em cada crise geral do capitalismo. A crise geral do capitalismo de 1929/33 foi o marco histórico desta possibilidade. É neste sentido que o Plano Cruzado tem contribuído para a comprovação deste postulado. Quando se assiste ao apoio que a população dá à necessidade do "confisco" do boi pelo Governo Federal, com o objetivo de "normalizar" o mercado, o que se verifica de fato é a aceitação social, não mais só teórica, da negação da propriedade privada. Evidencia-se claramente que o Estado do "Bem Estar Social" está sendo entravado pela propriedade privada, impondo que o Estado intervenha para transformá-la em propriedade coletiva. Entretanto, e aqui não queremos deixar dúvidas, tal ato nada tem a ver com a prática do mundo socialista, mas sim como indicador da tendência da necessidade histórica da negação da propriedade privada.

Neste momento quero fazer uma pequena reflexão de ordem metodológica. Estou procurando mostrar que o caminho da história independe das idéias dos homens. Quando K. Marx, formulou a teoria que tem por fundamento a extinção da propriedade privada, não estava criando uma concepção do mundo que julgava mais justa e humana, mas sim estava observando, cientificamente, que a história do capitalismo indicava ser a propriedade privada, em dado momento, um entrave para o avanço da humanidade. Assim, a negação da propriedade privada não é fruto de propaganda comunista, mas sim

do movimento contraditório do modo capitalista de produção.

No entanto é preciso ter presente que ao mesmo tempo que a realidade indica ser possível a necessidade da extinção da propriedade privada para o desenvolvimento do "Bem Estar" da coletividade, a burguesia se apropria desta tendência para se reproduzir e não se negar. Daí a contradição, do que se constitui como tendência histórica de sua negação é utilizada como forma para se reproduzir. É neste sentido que os interesses individuais da burguesia devem se subjugar aos interesses das relações capitalistas, através da ação do Estado, deixando manifesta uma possível, porém aparente, contradição entre Burguesia, de um lado, e Estado, de outro. Nesta ordem de coisas é que aparentemente as leis naturais do capitalismo são subvertidas pela ação do Estado. É que o livre jogo do mercado, na fase monopolista de estado do capitalismo, está transmutada na forma de ação, fundamentalmente, do Estado.

É desta forma que a teoria econômica não pode ser, e não é, produto das idéias dos homens, é a realidade social se fazendo consciência. Observe-se que seria absurdo, no fim do século passado, admitir socialmente a regulação da economia pelo Estado. No entanto, hoje não só é uma prática corrente, como também, é socialmente aceita. É neste sentido que as teorias econômicas devem refletir as tendências históricas do mundo em que estão inseridas. E a teoria marxista é que tem cientificamente evidenciado as tendências históricas do capitalismo. Hoje, podemos verificar que qualquer popular está de acordo com a necessidade da desapropriação do boi e da terra, para a regulação da economia. Não há necessidade dele ter estudado as obras completas de K. Marx para assumir esta posição política; basta são somente estar acompanhando os acontecimento recentes das lutas sociais.

Se estes pressupostos são verdadeiros temos que indagar quais teorias econômicas que estão sendo estudadas no curso de economia. Pois então vejamos: se a Professora Maria Conceição Tavares nos indica que o sistema monetário internacional quase levou o mundo capitalista à bancarrota; se o Professor Lauro Campos, da UnB, formula e hipótese de que a década de 90 será aquela do confronto aguda no mundo capitalista; se com o passar do tempo as leis naturais do capitalismo já não consegue regular automaticamente este modo de produção exigindo formas de regulação aparentemente contraditórias com o modo de ser capitalista, como é o caso da interven-

ção do Estado na economia; se a tendência histórica evidencia que para o "Bem Estar" da sociedade é necessário, por vezes, romper com a propriedade privada, conclui-se disto que há necessidade de se estudar teorias econômicas condizentes com o nível atual do desenvolvimento da sociedade capitalista. No entanto, o que se observa, ainda, é que alunos de economia procuram aprender, e pensam em utilizar teorias que consideram "empresas", unidades produtivas, como entidades autônomas e independentes, que têm como característica principal alocar otimamente os factores produtivos. É preciso ter claro, e mais uma vez é a realidade social que está a nos mostrar, que uma empresa é parte de uma totalidade chamada economia, e só dentro desta globalidade é que pode ser compreendida e conhecida. Necessário se torna para se estudar cientificamente uma empresa, que a teoria econômica a considere como manifestação singular da economia mundial, do contrário todo e qualquer diagnóstico e prognóstico está fadado ao fracasso.

Estudam-se, ainda, teorias que consideram a economia como somatória dos comportamentos individuais dos seus agentes e que têm, por princípio, o ajustamento automático do mercado pela lei da oferta e demanda. Mera ilusão. Também se estuda sistematicamente teorias que norteiam as contas nacionais como instrumento de ajustamento e controle de variáveis, não automaticamente, mas sim através de um Estado de Guerra. Utopia, não mais que uma utopia. Por outro lado, se estuda a teoria marxista como substituto possível e eficiente da ordenação lógica e racional do capitalismo, reduzindo-a a um forte instrumento contra o proletariado em sua trajetória de construir a sociedade socialista. Reformismo, só!

Para os alunos do curso de economia esta é uma fotografia do currículo novo que se está implantando, onde cada concepção ou tendência teórica se faz representar nas posturas didáticas/pedagógicas dos professores. É neste sentido que os acadêmicos se constituem, em espelho que refletem a multiplicidade das teorias econômicas. Longe de se constituir numa anarquia intelectual, é o reflexo democrático de um momento histórico da transformação da sociedade brasileira. É preciso que tenhamos consciência desta problemática.